

INCLUSÃO DIGITAL NO ESTADO DE GOIÁS: QUE INCLUSÃO É ESTA?

Goiânia, GO, Maio de 2014

Alzino Furtado de Mendonça

– Faculdades Alves Faria (ALFA) - alzino.mendonca@alfa.br

Ricardo Antonio Gonçalves Teixeira

- Universidade Federal de Goiás (UFG) - professorricardoteixeira@gmail.com

Saulo de Oliveira

- Faculdades Alves Faria – ALFA - saulo.oliveira.de@gmail.com

Classe:

1 – Investigação Científica

Setor Educacional:

Educação Continuada em geral

Classificação das Áreas de Pesquisa em EaD:

Nível Macro: A – Acesso, Equidade e Ética

Nível Meso: F – Gerenciamento e Organização

Nível Micro: N – Interação e Comunicação em Comunidades de Aprendizagem

Natureza:

A – Relatório de Estudo Concluído

RESUMO

No contexto da sociedade da informação, a inclusão digital, como vetor de inclusão social, tem sido pauta da agenda do Governo Federal e, por decorrência, dos governos estaduais. Este artigo tem por finalidade identificar as ações, programas e projetos que configuram a política pública de inclusão digital para a sociedade brasileira. Por meio de uma revisão conceitual na literatura especializada busca estabelecer critérios para avaliar as iniciativas de inclusão digital criadas e implantadas pelo Governo Federal e pelo Governo do Estado de Goiás, tomando-se como referência as classificações de Guerreiro (2006) e Sorj (2003). Os dados empíricos permitiram o levantamento de indicadores que revelam as fragilidades das políticas públicas de inclusão digital e seu descompasso com a sociedade da informação, da qual uma parte expressiva da população brasileira e goiana se encontra ainda excluída.

Palavras-chave: *Inclusão digital; Exclusão digital; Sociedade da Informação; Políticas Públicas.*

Introdução

De acordo com Toffler (1980), vivemos um tempo em que a possibilidade de representar qualquer conteúdo informacional sob a forma digital, processar, armazenar e transmitir informações modificou sensivelmente a sociedade humana. Tais modificações, porém, não têm sido capazes de estender a todos os benefícios produzidos; antes têm contribuído para aumentar as contradições entre riqueza e pobreza, inclusão e exclusão. O acesso à informação e a capacitação das pessoas são condições importantes para diminuir o fosso digital entre as pessoas e, conseqüentemente, os desequilíbrios sociais. Nesta perspectiva, é papel do Estado criar condições de incorporação das tecnologias, como condição para o pleno exercício da cidadania.

Este artigo tem por finalidade identificar as ações governamentais em curso no Estado de Goiás relacionadas à inclusão digital, analisando sua abrangência e verificando em que medida correspondem ao contexto de uma sociedade da informação, tomando-se como referência as classificações de Guerreiro (2006) e Sorj (2003). Se o poder público entende o conhecimento como “um dos principais fatores para superação de desigualdades, de agregação de valor e criação de emprego qualificado e de propagação do bem-estar” (TAKAHASHI, 2000, p. v), partindo-se da ideia da importância das novas tecnologias neste processo, o que tem sido feito, efetivamente, para reverter a situação dos excluídos digitais? No âmbito do governo estadual, as propostas de inclusão digital têm sido suficientemente abrangentes, eficientes e eficazes no sentido de fazer do uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs) um elemento-chave para promover um “salto tecnológico nas dimensões humana, ética e econômica”? (TAKAHASHI, 2000, pág. v).

Os dados sobre ações, projetos ou programas oficiais de inclusão digital apresentados neste artigo levam em consideração as configurações encontradas em pesquisa de campo que investigou o período de 1997 a 2011, período em que os principais programas governamentais de inclusão digital foram criados e implementados.

1 Sociedade da informação

De acordo com Warschauer (2006), a chamada sociedade da informação representa um novo estágio do capitalismo global e fundamenta-se no uso das TICs, cuja principal ferramenta é o computador associado com a internet. As mudanças ocorridas a partir da invenção do computador pessoal deram um novo rumo ao desenvolvimento da sociedade, configurando-se uma nova economia da informação juntamente com uma nova sociedade em rede.

A expressão “sociedade da informação” identifica a revolução em que o cerne da questão está no uso do computador e da internet, instrumentos vitais tanto para a comunicação, quanto para a economia e a gestão do poder. O entendimento, porém, do que seja, em toda sua extensão e consequências, a sociedade da informação não é consensual. Ao discutir sobre a sociedade da informação, Guerreiro (2006) explica que sua realização somente será possível se os meios de comunicação existentes na atualidade garantirem acessibilidade pública indiscriminada e de baixo custo. Assim, propõe diferentes etapas de realização desta sociedade, atribuindo a cada uma delas uma denominação específica e apontando suas características principais.

A primeira etapa, denominada de *sociedade da informação*, se caracteriza por ações governamentais gerando aplicações tecnológicas que propiciam agilização dos serviços públicos, desburocratização dos canais de comunicação, desenvolvimento de infraestrutura de rede e governança eletrônica. A segunda etapa, a *sociedade informatizada*, é caracterizada pelas aplicações das tecnologias digitais nas transações de comércio e de negócios eletrônicos, reorientando toda a organização social, educacional, política, econômica, cultural, ambiental, gestora, urbana e rural. A terceira fase, a *sociedade digital*, tem como preocupação principal a transformação da informação em conhecimento. Nesta fase são criadas as condições concretas para um novo modo de relação social em que o conhecimento se torna o capital de maior valor agregado. Deste modo, a questão da inclusão digital é incluída na agenda social, política e produtiva, demandando políticas específicas por parte do Estado. Na quarta etapa, a *sociedade do conhecimento*, o conhecimento se torna uma busca constante das pessoas

pela liberdade de aprender em qualquer idade, em processos educacionais não centralizados nas escolas tradicionais, e levando em consideração seu próprio ritmo de articular as informações transformando-as em conhecimento. A quinta e última etapa de desenvolvimento é a *sociedade em rede* na qual o conhecimento é produzido e difundido em rede, sendo produzido e consumido em qualquer lugar e a qualquer tempo com o uso de diferentes mídias.

A descrição da evolução da sociedade da informação feita por Guerreiro (2006) expressa um grande otimismo com relação ao futuro das relações humanas. Contudo, pelo menos no Brasil, e mais especificamente no Estado de Goiás, o que se vê não condiz com as perspectivas levantadas por ele, uma vez que segundo sua visão, o Brasil deveria estar vivendo a etapa da *sociedade do conhecimento* em que os problemas de inclusão digital da população estariam ultrapassados. Mas este não é o caso...

As formulações teóricas sobre a sociedade da informação não são consensuais. Para além das divergências, porém, importa saber, entre tensões próprias de uma sociedade dividida em classes antagônicas, que direção a sociedade conseguirá imprimir às tecnologias. Parece, no entanto, pertinente afirmar a impossibilidade de implantação de uma sociedade como a idealizada pelos otimistas, enquanto o ambiente proporcionado pelo ciberespaço, de interatividade e pluralidade, estiver disponível somente a uma pequena parcela da população

2 Exclusão e inclusão digitais

O fato de que nem todos os indivíduos participam dos processos referentes à sociedade da informação gerou nos pesquisadores esforços à busca de um termo que expressasse esta dimensão. O termo *exclusão digital*, inicialmente adotado no Brasil, é derivado do inglês *digital divide* e se tornou relativamente comum nos meios científicos brasileiros. Entretanto, outros termos utilizados frequentemente são: *infoexclusão*, *divisão digital*, *brecha digital*, *inclusão digital*, *infoinclusão* e *oportunidade digital*.

Enquanto se busca um termo para expressar adequadamente esta realidade, convém considerar que as TICs abrangem, além da técnica em si, questões socioculturais. A questão técnica é a reunião de três componentes

primordiais no mesmo local e ao mesmo tempo, ou seja, o computador, um meio de comunicação (existem diversas tecnologias para prover este item: linha telefônica, transmissão via radiofrequência, via televisão a cabo e via satélite) e um provedor de acesso à internet. A questão sociocultural tem como foco o ciberespaço e os processos sociais a ele relacionados, tais como as redes virtuais de relacionamento, as comunidades virtuais, a democracia eletrônica, a comunicação instantânea e *online*, entre outros.

Enfim, o termo *inclusão digital*, grosso modo, tem sido utilizado com o objetivo de designar a passagem dos excluídos da sociedade digital para uma sociedade plena, justa, igualitária e democrática.

3 Dimensões e fases da inclusão digital

Para Sorj (2003), a inclusão digital deve-se preocupar com a universalização dos sistemas telemáticos por meio de cinco fases distintas e divididas em duas dimensões: a dimensão passiva do acesso; e a dimensão potencial de apropriação ativa do conhecimento.

As cinco fases estão descritas no Quadro 1, sendo as duas primeiras relacionadas com a dimensão do acesso e as outras três com a dimensão do conhecimento.

DIMENSÕES E FASES DA INCLUSÃO DIGITAL		
DIMENSÕES	FASES	DESCRIÇÃO
ACESSO	1 Infraestrutura de acesso	Existência de sistemas de transmissão
	2 Equipamentos de acesso individual	Existência de computador com acesso à Internet
CONHECIMENTO	3 Treinamento	Alfabetização digital para uso das TICs
	4 Capacitação intelectual	Uso da Internet como fonte de conhecimento e desenvolvimento intelectual e profissional
	5 Produção e uso de conteúdo	Criação de conteúdos específicos adequados às necessidades dos segmentos da população

Quadro 1 – As cinco fases da inclusão digital, adaptadas a partir de Sorj (2003).

Para o autor, as cinco fases são interdependentes entre si, de forma que só se pode alcançar uma fase superior mediante a satisfação plena da anterior, e a classificação das pessoas conforme seu enquadramento em determinada fase é o que determina uma menor ou maior apropriação das TICs pelo indivíduo, indicando, conseqüentemente, seu grau de inclusão digital.

Com relação à fase de *infraestrutura de acesso*, nos países desenvolvidos este processo está praticamente concluído, enquanto que nos países em desenvolvimento a universalização da infraestrutura é ainda um problema central. A fase de *equipamentos de acesso individual* é formada por três componentes – o computador, a linha para conexão e o provedor – e a residência, o trabalho, a escola e os telecentros transformam-se nos principais locais de acesso individual à tecnologia. A fase de *treinamento* está diretamente relacionada com a necessidade urgente da alfabetização digital por meio de cursos formais ou informais. A fase de *capacitação intelectual* depende da alfabetização e formação intelectual fornecidas pelo sistema escolar. A fase de *produção e uso de conteúdo* tem sua determinante na capacitação intelectual de cada usuário para promover a transformação da internet em um potencializador de cultura e de criatividade social, possibilitando, assim, a participação e a colaboração.

As etapas sugeridas por Sorj (2003) podem servir como referência para uma avaliação do alcance das ações de inclusão social em curso no Brasil e, mais especificamente, no Estado de Goiás, considerando-se que os estados compartilham das políticas públicas de âmbito nacional.

4 Ações de inclusão digital no Estado de Goiás

A pesquisa de campo da qual este texto se origina conseguiu listar trinta e dois programas, projetos ou ações oficiais de inclusão digital de iniciativa do Governo Federal e quatro de iniciativa do Governo de Goiás em fase de implantação/execução. Os projetos federais estão distribuídos em quatro eixos principais: acesso às tecnologias de informação e comunicação (3); telecentros comunitários (18); inclusão digital nas escolas (10); e massificação de banda larga (1) (BRASIL, 2010). Estes programas são compartilhados, também, pelos entes federados, mediante gestões políticas

dos governos subnacionais, refletindo a presença destes programas em território estadual muito mais a maior ou menor aproximação com o governo central do que uma ação integrada ao conjunto das políticas locais de inclusão.

No Estado de Goiás, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisas Econômicas Avançadas (Ipea) e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), dos mais de seis milhões de goianos, cerca de quatro milhões não têm acesso à internet. Isto significa que 66,6% da população goiana não está conectada à rede mundial de computadores; 81,6% dos domicílios goianos não possuem acesso à internet; 50,46% dos acessos estão concentrados na capital; 60,2% dos acessos estão distribuídos na capital e nos 19 municípios da região metropolitana de Goiânia; aproximadamente 18% dos acessos ainda utilizam conexão discada, que é lenta; a média de domicílios com Banda Larga é de 18,4%, abaixo da média nacional; 50% da população da região metropolitana de Goiânia pertence à classe C e 70% da mesma classe C não possuem computador.

Pensando em mudar estes dados, inserir e incluir cidadãos no mundo digital, o Estado de Goiás lançou, em junho de 2011, mais uma etapa do programa “Goiás Conectado – Telefonia e Banda Larga para Todos”. O programa tem como objetivo a isenção do ICMS para que os beneficiários dos programas sociais do governo tenham acesso à internet. Outra iniciativa do governo estadual foi a adesão ao programa federal Kit Telecentro, devendo implantar 63 telecentros em municípios goianos.

Além dos Telecentros, Goiás tem implantados mais dois programas de inclusão digital: o *Cyber Escola - Escola Jovemcibernética* de informatização da rede estadual de Educação, por meio da instalação nas unidades escolares de laboratórios de Informática com conexão à internet; e *Oficinas Digitais*, um laboratório digital modelo, com acesso à internet por banda larga, implantado em algumas escolas da rede estadual por meio de um convênio de cooperação técnico-educacional celebrado entre a Brasil Telecom e o Governo de Goiás.

Não foram encontrados programas e/ou projetos de inclusão digital de iniciativa dos municípios goianos. Observa-se, ainda, que a partir de 2011, cessa a criação de programas, seja no âmbito federal, seja no âmbito estadual.

A posição do estado de Goiás com relação à inclusão digital pode, também, ser avaliada por meio do mapeamento das iniciativas de programas/projetos de inclusão digital realizado pelo Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia (IBICT), com o intuito de mensurar o avanço da inclusão digital por parte de agentes públicos e privados, resultando na elaboração do Mapa de Inclusão Digital (MID).

O Gráfico 1 relaciona os programas/projetos existentes no Estado de Goiás e a quantidade de PIDs gerada. São 21 programas/projetos em andamento, gerando 690 PIDs.

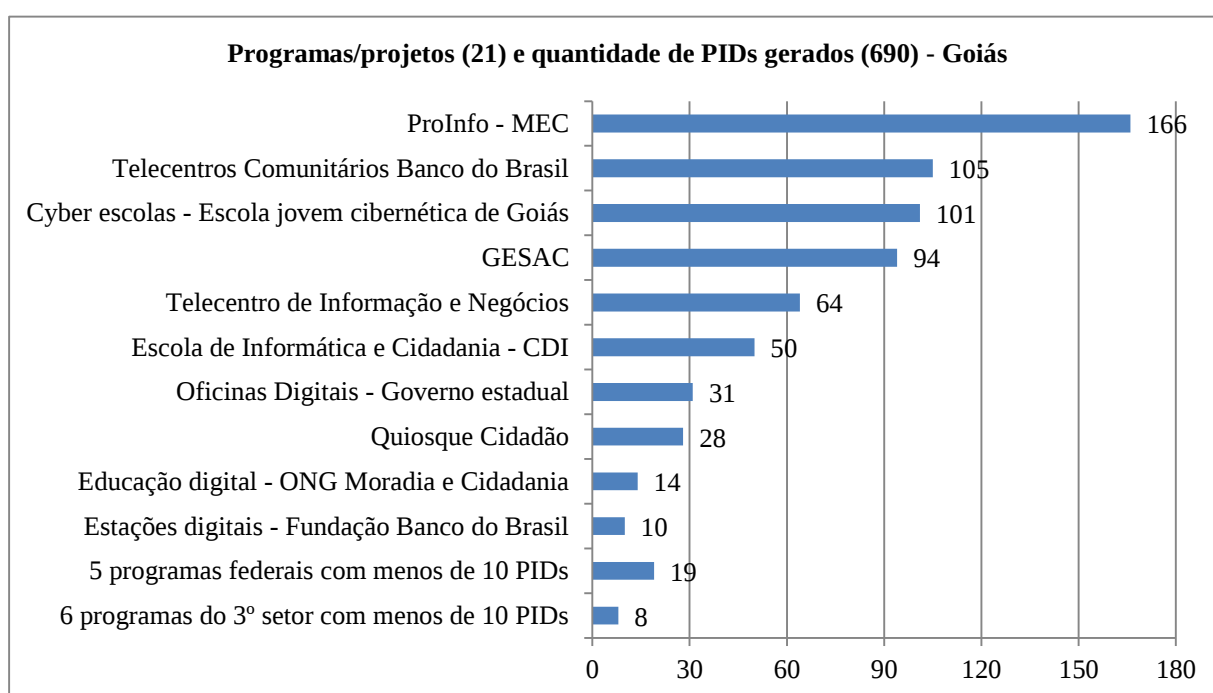


Gráfico 1 – Programas/projetos (21) e quantidade de PIDs gerados (690) – Goiás (BRASIL, 2009).

Observa-se que 71% dos PIDs, em Goiás, provêm de iniciativas do Governo Federal, 19% de iniciativas do Governo estadual e 10% são de responsabilidade do terceiro setor. Verifica-se, ainda, a inexistência de criação de PIDs gerados por programas/projetos nos quais os municípios são os incentivadores/geradores das iniciativas, pois não existe nenhum programa/projeto de autoria de municípios goianos para criação deles. Isso demonstra que esta esfera do poder público está totalmente dependente de outras iniciativas, a fim de levar aos excluídos digitais do Estado de Goiás os benefícios da sociedade da informação.

Conclusão

Ao relacionar as ações desenvolvidas pelo Governo Federal com as fases propostas por Sorj (2003) tem-se que 50% deles estão direcionados para atender à dimensão de acesso às TICs; e 50% estão voltados para a dimensão de aquisição de conhecimento, não existindo, porém, nenhum programa que contemple a fase de *produção e uso de conteúdo*, fase mais elaborada e complexa da inclusão digital. A maioria dos programas (84%) ainda estão preocupados em atender até a fase de treinamento, longe de atingir a proposta dos diferentes autores sobre o assunto, ou seja, a capacitação do indivíduo, no uso da tecnologia, a fim de transformar *informação em conhecimento*.

Os programas oficiais de iniciativa do Governo Estadual são, por sua vez, claramente direcionados a proporcionar o acesso às TICs, primeira e segunda fases da inclusão digital, de acordo com a classificação de Sorj (2003), sem falar da sua pequena abrangência.

Assim, considerando-se as fragilidades das políticas federais e estaduais de inclusão digital, pode-se afirmar que a sociedade brasileira e goiana, salvo algumas ilhas de excelência, está longe de alcançar o patamar da *sociedade em rede*, com a almejada difusão do conhecimento em larga escala, como propõe Guerreiro (2006). Observa-se que sequer foram atingidos os objetivos da terceira fase (*sociedade digital*), pois a inclusão digital, que deveria ter sido, nesta fase, o objeto central de uma política de Estado, não tem alcançado seus objetivos, sinalizando, ainda, pela quantidade e qualidade dos programas implantados, que estamos longe de atingi-los.

Analisando-se os dados apresentados, pode-se considerar que os gestores estaduais e municipais têm uma participação tímida no processo de inclusão digital e se comportam como se o problema fosse exclusivo do Governo Federal. Urge, portanto, a mudança de posicionamento dos gestores estaduais e municipais, com relação às políticas públicas de inclusão digital no Estado de Goiás.

Confrontadas com a revisão bibliográfica, constata-se que a implantação de políticas de inclusão digital ocorre de forma centralizada, com pouca expressividade dos entes regionais em sua formulação, gerando uma gestão de cima para baixo, o que poderia explicar o pouco comprometimento dos

entes subnacionais com seu bom desempenho. Com a ausência dos entes regionais da formulação/redirecionamento desta política pública que envolve projetos multidisciplinares na área de educação, cultura e economia, é de se questionar em que medida é de pleno conhecimento dos gestores estaduais e municipais os objetivos a serem alcançados em cada programa/projeto/ação do Governo Federal, a ponto de não se beneficiar deles, e em que medida a população desconhece os benefícios que poderiam deles advir, a ponto de não reivindicá-los. Que inclusão é esta?

Pelo exposto, existe a necessidade do Estado de Goiás e dos municípios goianos apropriarem-se desta política pública sob o risco de haver um aumento nas taxas de desigualdade já existentes no Estado, bem como ocorrer um retardamento do desenvolvimento estadual no contexto do país.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. *Mapa de inclusão digital: pesquisa 2007/2008*. Brasília, 2009.

_____. Presidência da República. *Balanço de governo 2003-2010: cidadania e inclusão social*. Brasília, 2010. Livro 4, Volume 2. Disponível em <https://i3gov.planejamento.gov.br/textos/livro4/4.6_Inclusao_Digital.pdf>. Acesso em: 20.02. 2014.

GUERREIRO, Evandro Prestes. *Cidade digital: infoinclusão social e tecnologia em rede*. São Paulo: Senac São Paulo, 2006. 351p.

SORJ, Bernardo. *Brasil@povo.com: a luta contra a desigualdade na sociedade da informação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. 176p.

SOUSA, Rodrigo Abdalla Filgueiras. Futuros desafios para o programa nacional de banda larga. *15º Boletim Radar – tecnologia, produção e comércio exterior*, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/radar/110905_radar15.pdf>. Acesso em: 5.02. 2014.

TAKAHASHI, Tadao (Org.). *Sociedade da informação no Brasil: livro verde*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

TOFFLER, Alvin. *A terceira onda*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1980. 491p.

WARSCHAUER, Mark. *Tecnologia e inclusão social*. São Paulo: Senac, 2006. 319p.